

Depois das férias da Páscoa

ESTUDANTES DE LETRAS PODEM VOLTAR À GREVE

• Há nove mil licenciados no desemprego!

Os estudantes das três faculdades de Letras das universidades clássicas portuguesas (Porto, Coimbra e Lisboa) poderão vir a entrar em greve, em Abril, depois das férias da Páscoa, para pressionarem o Ministério da Educação a dar resposta positiva às suas pretensões quanto à reestruturação dos cursos de Letras.

Em comunicado, a Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras (CCNEL), estrutura que representa as associações de estudantes daqueles três estabelecimentos de ensino superior, volta a chamar a atenção para os problemas dos estudantes do sector, que vivem ameaçados pelo «espectro do desemprego». É que, calcula-se em nove mil os licenciados dos cursos de Letras no desemprego, «situação que se pretende colmatar com uma garantia profissionalizante dos seus cursos que, até hoje, não existiu», com a reforma de grupos de docência do ensino secundário.

Este problema, na opinião dos estudantes, cria «graves situações de injustiça», que podem vir a ser agravadas se for adoptada «uma política de expansão do ensino previsto na maioria dos projectos de lei de bases do sistema educativo», apresentados no Parlamento pelo PS, PRD, PCP e MDP/CDE.

No intuito de sensibilizarem os responsáveis ministeriais e parlamentares para os seus problemas, a CCNEL estabeleceu, na passada semana, contactos com o Ministério da Educação e a Comissão Parlamentar de Educação. No Ministério, os estudantes foram recebidos pelos secretários de Estado do Ensino Superior e do Ensino Básico e Secundário. Mas, enquanto na Assembleia da República os estudantes tiveram uma «muito boa recepção das suas propostas», no Ministério da Educação foram confrontados com uma «organização fechada» quanto à questão dos grupos de docência, «acerca dos quais o Ministério continua a produzir legislação que ele próprio reconhece como insuficiente e até discriminatória, apesar da unanimidade de sindicatos de professores e associações de estudantes face à necessidade de eles serem reformulados».

Assim, a CCNEL encara a possibilidade de vir a desencadear um processo de greve de aulas, como aconteceu nas faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa, em 15 de Janeiro último, para pressionar o Ministério da Educação a tomar medidas de acordo com os interesses dos estudantes.

Entre os casos considerados «aberrantes» aquele elemento da CCNEL referiu o dos licenciados em Estudos Portugueses, que possuindo habilitações próprias, são colocados em horários mistos de Português-Francês, «sem que haja sequer cadeiras de Francês nesta variante».

«Por outro lado — realçou — a variante Inglês-Francês, que possui estas cadeiras, não tem habilitação própria para a leccionar no ensino secundário».

A CCNEL referiu ainda que «o Ministério diz não haver possibilidade de mexer nos grupos, pois lá se gastam muito dinheiro», e interrogou se «não é gastar mais dinheiro a formar estudantes que vão para o desemprego».

Do ponto de vista da Comissão Coordenadora Nacional de Estudantes de Letras, «o Governo não pode tentar remendar as coisas e enviar as pessoas para os grupos onde ainda há vagas, prejudicando a carreira dos professores e os próprios alunos, através da

qualidade do ensino ministrado por quem não teve nas áreas em causa uma formação específica».

• Licenciados em História contra o «150-A»

Por outro lado, também na Lusitânia estiveram reunidas as comissões de licenciados em História pelas faculdades de Letras do Porto e de Coimbra. No final, em comunicado, aquelas duas estruturas manifestaram a sua discordância com o decreto-lei n.º 150-A/85, de 8 de Maio, diploma que «altera o processo de profissionalização dos professores provisórios, o que só vem agravar a situação dos quatro mil licenciados em História no desemprego».

Constituído o ensino principal saída profissional para os licenciados em História pelas faculdades de Letras das universidades clássicas, aquelas duas comissões «lembram as enti-

dades competentes» o teor do decreto-lei n.º 53/78, de 31 de Maio, que segundo os licenciados os privilegia na formação de docentes do ensino secundário, «o que vem clarificar a situação de desigualdade» de que se dizem vítimas, sobretudo em relação aos licenciados pelas universidades novas e pelas escolas superiores de educação.

A necessidade da segunda fase do concurso de professores se realizar a nível nacional, a fim de se evitarem «certas injustiças que se têm constatado», é também reclamada pelos licenciados em História. Com tal medida pretende-se fazer com que não haja «horários guardados nos conselhos directivos, pessoas a leccionar sem habilitação própria e acumulação de horários» por parte de alguns professores.

Para sensibilizarem os responsáveis do sector educativo para a situação que os aflige, os licenciados em História sem emprego vão tentar ser recebidos pelo ministro da Educação e pela Comissão Parlamentar da Educação.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflitos - estudantes